**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

**Departamento de Ciências Humanas e Filosofia**

**Prof. Dr. Aldo José**

**PROJETO DE PESQUISA**

**VICÊNCIA CAVALCANTI VITA**

Feira de Santana, Bahia

2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

**Departamento de Ciências Humanas e Filosofia**

**VICÊNCIA CAVALCANTI VITA**

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito para a aprovação na disciplina Oficina de Metodologia da Pesquisa em História IV, sob orientação do Professor Aldo José.

Feira de Santana, Bahia

2016“PROTEJAM AS NOSSAS FAMÍLIAS!” : A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES CRISTÃS NA MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA DEMOCRACIA E LIBERDADE NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA (1961-1964)

**TEMA**

A Marcha da Família em Feira de Santana – BA (1961-1964)

**REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

O presente trabalho propõe a análise da participação das mulheres cristãs na Marcha da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade no município de Feira de Santana, em março de 1964, atendendo aos estudos pertencentes aos campos da História Política e da História das Mulheres, além de dialogar com um viés religioso no que diz respeito à relação entre Igreja e Estado nas inúmeras influências e decisões que assolaram os momentos cruciais de articulação do golpe que deu início à Ditadura Militar no Brasil. A Igreja Católica temia por uma espécie de “afronta” caracterizada em alguns aspectos do governo João Goulart, incluindo as reformas de base, por exemplo. Essas marchas partiam de um princípio anticomunista, que dialogava com os dogmas e padrões cristãos difundidos ao longo da história, e levaram às ruas homens e mulheres indignados com as mudanças políticas e econômicas anunciadas por Jango. O medo de uma ameaça comunista fazia-se presente dentro dos setores conservadores da sociedade brasileira, e não foi diferente na Bahia, incluindo a região sertaneja do estado, dando origem ao que ficou conhecido como Campanha de Desestabilização do Governo João Goulart (esta manifestou-se de diversas maneiras nos estados brasileiros, em maior ou menor proporção, com ou sem organização estrutural de grupos).

Especificando o que vinha a ser o anticomunismo e as manifestações antigoulart, vários setores surgem com a proposta de salvar o país dessas ameaças citadas no parágrafo anterior. Vale salientar que, diferentemente das marchas das grandes capitais do país, a Marcha da Família no município de Feira de Santana ocorreu dias após o golpe, como uma espécie de reverência e agradecimento pela intervenção dos militares no Brasil ameaçado. Em sua dissertação de mestrado, Rafael Quintela Alves Lins ilustra um cenário político específico na cidade, cujo prefeito era Francisco José Pinto dos Santos, eleito prefeito em 1962. A política feirense entre os anos de 1945-1964 deve ser observada através de aspectos ligados aos golpes que marcaram esse período, pois as personagens ajudam a mapear o que propiciou a união de forças conservadoras interessadas na manutenção dos benefícios da burguesia, e que por isso mesmo, temia modificações voltadas para os trabalhadores e movimentos sociais.

Eventos e ações do governo Pinto serviram de alimento para ódio dos setores mais conservadores da cidade, destacando-se a instituição do Código Tributário; a constante intervenção no mercado local, regulamentação de preços e taxação de serviços; a defesa das reformas de base; a “guerra dos currais”; e o “quebra-quebra da Câmara”. (LINS, 2014)

O governo João Goulart modificou a estrutura política brasileira de tal forma que as mobilizações e organizações não se restringiram às capitais. Francisco Pinto foi bastante perseguido e confrontado, inclusive por alguns vereadores da ala opositora, que o acusavam de incluir membros comunistas nos seus grupos de trabalho. Isso provocou, além da preocupação em âmbito nacional, uma série de conflitos acerca de uma possível destituição de poder do prefeito em questão. Ele ficou mais de um mês após o golpe no governo municipal e teve tempo suficiente para manifestar planos de resistência. O prefeito, juntamente com outros sujeitos, planejava uma aliança da guarda municipal com o Tiro de Guerra para resistir ao golpe, o que não aconteceu. Pinto tinha por intenção fortalecer uma resistência regional para ajuntar-se com o governo federal, sendo forçado a desistir depois da notícia do abandono do presidente da capital federal. (DANTAS, 2008, p.46). Há muitos relatos de ex-militantes que contam versões sobre essa tentativa frustrada de Pinto, e mesmo o deslocamento de militantes de outras cidades para Feira com a intenção de incorporar a resistência. Foi com o golpe que quadros da UDN (União Democrática Nacional) poderiam, enfim, afastar o mal da administração local, afinal esta “sempre obedeceu à orientação comunista”.

Com a volta dos vereadores depois do recesso da Câmara e instalado o golpe, Hugo Silva (UDN), colunista do jornal udenista Folha do Norte, fez questão de propor uma moção de congratulação às “Forças Armadas do Brasil e a todos os brasileiros que se empenharam na luta contra o comunismo”, sugerindo na mesma fala a deposição do prefeito por realizações de atividades subversivas. Era a tão imaginada oportunidade da UDN local de voltar ao poder e interromper a participação popular nas atividades políticas da cidade. Num momento onde os ideais de família mostravam-se estremecidos, principalmente quando associados à figura feminina, novas formas de organização familiar ganhavam espaço, afetando, até mesmo, modificações no contexto político das cidades. Em Feira de Santana, o vereador Hugo Navarro Silva, em uma das atas da Câmara de Vereadores, no dia 20 de abril de 1964, agradeceu às famílias feirenses que saíram às ruas para saudar as Forças Armadas, em nome da manutenção da ordem, contra o comunismo. Segundo relatos do mesmo vereador, nem a chuva conseguiu atrapalhar a força da população que marchava cheia de fé e confiança no novo regime.[[1]](#footnote-1)

Percebe-se uma necessidade de união entre os setores públicos e as famílias tradicionais feirenses, em busca da solução desses problemas de ordem política que causavam medo e insegurança aos mesmos. Em âmbito estadual, dentro das organizações femininas, isso ocorre de maneira diferenciada, pois

Após a desagregação da FBPF, na década de 1950, percebemos uma dificuldade de organização das mulheres ricas de classe média na Bahia. Na década de 1960, diferente das paulistas e cariocas, as baianas não iniciaram um movimento organizado de desestabilização do governo Goulart no ano de 1962, muito menos estavam organizadas em grupos institucionalizados, fossem esses tutelados ou não por homens. (SANTANA, 2009)

Segundo Ediane Santana, Rebeca Freire e Ana Alice Costa, em *As Marchas da família com Deus pela Democracia e pela Liberdade na Bahia,* grande parte das mulheres desse período não alimentavam, necessariamente, um conjunto de causas ditas “feministas”, pois não havia um desconforto quanto à posição em que se encontravam enquanto mulheres dentro da sociedade. Muito pelo contrário, no lema Deus, pátria e liberdade, os princípios cristãos ganham bastante força no que diz respeito aos papéis exercidos pelas famílias tradicionais, reforçando a ideia do *marianismo* entre as mulheres. Até porque muitas donas de casa reuniam-se para organizar tais marchas a fim de aperfeiçoarem os serviços domésticos e maternos, para que, de certa forma, não se isentassem por completo da conjuntura política nacional que assolava o país no governo João Goulart, como pode ser percebido no trecho a seguir extraído do mesmo artigo:

Assim, sobre a bandeira da luta anticomunista e contra o nacional-reformismo do Governo de João Goulart as mulheres das classes média brasileiras foram arregimentadas e organizadas por setores conservadores da Igreja Católica e do Exercito, com o apoio de entidades como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos).[[2]](#footnote-2)

É nítido que a necessidade de inserir as mulheres dentro de um contexto, até então majoritariamente masculino, também faz-se presente dentro de setores não-progressistas. A união de mulheres católicas e evangélicas partiu de uma necessidade de manifestação baseada nas insatisfações por um modelo de governo que aproximava-se do socialismo presente em países como Cuba e China. Era a principal bandeira defendida por essas mulheres que saíram às ruas em busca de espaço e visibilidade. As reformas de base propostas por Jango causaram uma certa preocupação na ala conservadora, que temia a aproximação dessas práticas socialistas no Brasil, infringindo assim, segundo eles, boa parte do conjunto de regras de moral e bons costumes presentes na religiosidade cristã.Tais elementos podem ser facilmente observados na obra de Rodrigo Pato Sá Motta, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil,* onde o autor mapeia as causas e efeitos dessas manifestações contrárias às ideias marxistas, e a um regime político que se aproximasse dos ideais socialistas.

Sem dúvidas, a intervenção das Forças Armadas e o posterior golpe militar de 1964, que muitos chamaram de revolução, significou uma espécie de alívio para os setores conservadores que temiam essas práticas durante o governo Jango. As saudações aos militares partiam, inclusive, do poder legislativo. Em Feira de Santana, há registros em atas da Câmara que comprovam essa prática, através de agradecimentos e pedidos de organização por parte dos vereadores da época, que convocavam a população a se manifestarem a favor da moral e da família, contra as ameaças comunistas que cresciam em força e número no Brasil. O Jornal Folha do Norte, por sua vez, fez uma matéria especial sobre a Marcha da Família, um dia antes da sua realização.

O recorte temporal toma como referência inicial a divulgação da carta-renúncia de Jânio Quadros no dia 25 de agosto do ano de 1961, após apenas sete meses na presidência. Foi a partir daí que seu vice, João Goulart, assumiu o governo. Portanto, o presente trabalho também tem como objetivo uma análise das suas propostas e ações enquanto presidente da república. Segundo Motta

Jango era o líder da ala esquerda do PTB e um dos principais responsáveis pela transformação do partido getulista, concebido originalmente como dique contra o comunismo, em aliado do PCB (MOTTA, 2002, p. 234)

Os setores conservadores que articularam as mobilizações baseadas no “anticomunismo” receberam total apoio da Igreja Católica, e foi a partir dessa ligação que tais mobilizações contra o governo Jango ganharam repercussão em todo o país, chamando atenção pelo caráter organizacional, onde as mulheres passavam a tomar o espaço político pela “manutenção da ordem”. A Campanha de Desestabilização do governo Jango findou no golpe de 1964, onde os militares foram ovacionados e aclamados como salvadores da nação, acirrando as disputas políticas tanto nas grandes capitais como em cidades de médio porte, como Feira de Santana, por exemplo.

**METODOLOGIA:**

O foco metodológico do objeto/período trabalhado direciona-se ao perfil dessas mulheres, o que pensavam sobre as reformas de base, suas práticas políticas dentro do ambiente familiar, se havia posicionamentos que não estavam seguindo uma linha completamente conservadora nem “progressista”, presença de setores/grupos que admitiam a participação da mulher na esfera pública. Além dessas questões, faz-se necessário um levantamento sobre a ligação dessas mulheres com partidos políticos atuantes na cidade, e como as mesmas enxergavam o seu papel dentro da esfera pública municipal. Os jornais de circulação popular (Folha do Norte) e os jornais evangélicos (as mulheres evangélicas tinham um perfil diferenciado das católicas, daí surge a necessidade de um estudo mais restrito), os livros de atas e boletins das Igrejas auxiliarão nas respostas a essas indagações, assim como atas registradas na Câmara de Vereadores de Feira de Santana, que confirmam a influência dos políticos, em sua maioria homens, na organização da Marcha e no apoio a essas mulheres.

**REFERENCIAL TEÓRICO:**

Este projeto de pesquisa utiliza-se dos campos da História Política e da História das Mulheres, ambos explorados na obra *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*, da historiadora francesa Michelle Perrot. Na Parte II, a abordagem sobre mulheres traça perfeitamente o perfil das donas-de-casa no espaço parisiense no século XIX, seguindo o modelo ideal de mulher na sociedade, o que não difere muito desse ideal percebido anos mais tarde na sociedade brasileira, dentro do contexto político pré-golpe militar. Sobre o caráter sexista do espaço da cidade, Perrot aponta que

A distinção entre público e privado implica uma segregação sexual crescente do espaço. Uma das suas chaves talvez seja a definição do espaço público como espaço político reservado aos homens. A burguesia daquela época exclui da política os operários e as mulheres. (PERROT, 1988, p. 218)

Discutindo a dimensão de exclusão a que as mulheres estavam submetidas, entre outros fatores, por um discurso universal masculino, a historiografia buscou dar visibilidade às experiências femininas, destacando a opressão histórica sobre elas. Contudo, esta produção esteve norteada por visões que reforçavam por um lado a “vitimização” da mulher - numa análise que apresentava um processo linear e progressista de suas lutas e vitórias-, e por outro uma visão de “onipotência” e “rebeldia” feminina, que algumas vezes estabelecia a “heroicização” das mulheres (SOIHET, 2007).

As críticas sinalizavam que não se tratava apenas de incorporar as mulheres no interior de uma narrativa pronta, quer mostrando que elas atuaram e atuam tanto quantos os homens, quer destacando as diferenças de uma “cultura feminina”, perdendo-se, assim, a multiplicidade do ser feminino e podendo cair numa perspectiva essencialista. Enfrentando a preocupação em desfazer noções abstratas de “mulher” enquanto identidades únicas (histórica e essencialista), buscou-se reconhecer a diferença dentro da diferença, apontando que mulheres não constituem simples aglomerados; elementos como cultura, classe, raça/etnia, nacionalidade, geração, crença religiosa e ocupação devem ser ponderados e entrecruzados num desafio de desvendamento que evitem tendências e generalizações. Até porque, partindo do objeto desta pesquisa, verifica-se a presença majoritária de mulheres brancas de elite, essencialmente categorizada por ideais políticos conservadores.

**PROBLEMA:**

Que fatores propiciaram o envolvimento feminino no processo político e, em específico, na Marcha da Família em Feira de Santana, entre os anos de 1961-1964?

**PROBLEMÁTICA:**

1. De onde partia o apoio e a mobilização para com as famílias feirenses que se identificavam com os setores políticos conservadores entre os anos de 1961-1964?
2. Como as relações de gênero podem explicar a participação de mulheres em um local de destaque político e social, até então, protagonizado por homens?
3. Quais foram os principais motivos, e, por conseguinte, os efeitos provocados pela mobilização de mulheres cristãs feirenses em apoio às Forças Armadas contra o governo João Goulart?

**OBJETIVOS:**

GERAL:

* Analisar a atuação das mulheres cristãs feirenses na organização da Marcha da família com Deus pela Democracia e Liberdade ocorrida em 19 de abril de 1964.

ESPECÍFICOS:

* Mapear o perfil dessas mulheres (Quem eram? O que representavam?);
* Perceber o posicionamento dos setores católico e protestante diante da conjuntura anticomunista em Feira de Santana;
* Estabelecer uma diferenciação entre as lutas da direita e esquerda femininas que protagonizaram o golpe militar de 1964, mais especificamente no município de Feira de Santana.

**FONTES:**

O Jornal Folha do Norte foi, durante muito tempo, o principal meio de comunicação escrito entre os feirenses. No período proposto, utilizo os periódicos para definir o cenário político e social estabelecido em meio às disputas que tomavam conta dos mais diversos setores em âmbito nacional, em especial, dois periódicos de abril de 1964. Os jornais evangélicos do mesmo período, por sua vez, trazem uma abordagem diferenciada sob uma perspectiva religiosa.

As atas da Câmara de Vereadores também mostram-se pertinentes ao citar o cenário que estava sendo construído na cidade nos dias que antecederam a marcha, bem como as consequências dessa manifestação em Feira de Santana, estendendo-se ao estado da Bahia.[[3]](#footnote-3) Os livros de atas das igrejas também darão suporte a esse mapeamento, bem como as memórias de membros das instituições católicas e protestantes do período trabalhado. O uso da História Oral, através de entrevistas, auxiliará na identificação de algumas mulheres que participaram das manifestações de apoio ao golpe, onde as marchas encontram-se inclusas.

**BIBLIOGRAFIA**

COSTA, Ana Alice A.; FREIRE, Rebeca S.; SANTANA, Ediane L. As marchas da família com Deus pela Democracia e pela Liberdade na Bahia.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917­‑1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

ALMEIDA, Luciane Silva de. A Igreja Anticomunista: representações políticas dos batistas em Feira de Santana (1964-1980).

SANTANA, Ediane Lopes de. *Em nome da família, da moral e da propriedade: Amém!* As mulheres baianas na organização da Marcha da Família em Salvador (1962-1964). / Ediane Lopes de Santana. – Salvador, 2009.

SOIHET, Rachel. Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

PRESOT, Aline Alves. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PINTO, Céli Regina Jardim. “Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político”. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo: Rosa dos tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 256-270

LINS, Rafael Quintela Alves. A cidade ferve e o bicho espreita: os dominantes e a política em Feira de Santana (1945-1964) / Rafael Quintela Alves Lins, 2014, 150 f.

CORRÊA, Diego Carvalho. O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro (1967-1971). 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2011.

CORRÊA, Diego Carvalho. Ações políticas, historiografia e golpe de 1964 em Feira de Santana. A Pala Revista. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, ano 04, jun. 2014, semestral, p.17.

DANTAS, Paulo Fábio. Quebra da casca do ovo: A elite baiana e a obra do golpe 1964. p. 02. Disponível em: Acesso em: 21 fev. 2014.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

.

1. COSTA, Ana Alice A.; FREIRE, Rebeca S.; SANTANA, Ediane L. As marchas da família com Deus pela Democracia e pela Liberdade na Bahia. [↑](#footnote-ref-1)
2. FEIRA DE SANTANA. Ata da Câmara dos Vereadores, 07ª Sessão Ordinária, 20 abr. 1964. P. 186. (ACM/FSA) [↑](#footnote-ref-2)
3. FEIRA DE SANTANA. Ata da Câmara dos Vereadores, 16ª Sessão Ordinária, 08 maio 1964. p.196 (ACM/FSA)

   FEIRA DE SANTANA. Ata da Câmara dos Vereadores, 16ª Sessão Ordinária, 08 maio 1964. p.197 (ACM/FSA)

   FEIRA DE SANTANA. Ata da Câmara dos Vereadores, 16ª Sessão Ordinária, 09 maio 1964. p. 198 (ACM/FSA) [↑](#footnote-ref-3)